



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

ATA DE REUNIÃO Nº 101 / 2021 - SECCAMP (11.02.09.04.06)

Nº do Protocolo: 23125.013502/2021-11

Macapá-AP, 20 de Junho de 2021

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA COM OS MEMBROS DO
CONSELHO DO CAMPUS BINACIONAL DE OIAPOQUE NO DIA 31/05/2021.**

No dia trinta e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas e dez minuto, reuniram-se na plataforma virtual: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-oiapoque>, sob a mediação do professor Francisco Otávio Landim Neto, presidente do Conselho do Campus Oiapoque, os conselheiros titulares Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Alexandre Luís Rauber, Adriano Michel Helfenstein, Carina Santos de Almeida, Elissandra Barros da Silva, Fabíola do Socorro Figueiredo dos Reis, Jonathan Vianna, Paulo Cezar Gonçalves da Silva, Solange Rodrigues da Silva, os conselheiros suplentes, Eziquiel Silva Luz e Kátia Lira participam também o assistente administrativo Tiago Araújo Vieira (Coordenador de Gestão de Pessoas - COGEP), e a técnica administrativa Tayane dos Anjos Correa, conforme convocação através e e-mail enviado para os membros do Conselho do Campus no dia vinte e seis de maio do presente ano com a seguinte sequência: I - Leitura e aprovação da ata da sessão anterior; II - Período de expediente para comunicações e registro de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral; III - Ordem do dia; IV - Apresentação e deliberação sobre as indicações presentes no Relatório: Quadro de Servidores Técnicos do Campus Binacional de Oiapoque: Cenários e Proposições elaborado pela Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP. O presidente Otávio Landim iniciou a reunião saudando a todos e informando que a reunião está sendo transmitida pelo link: <https://youtu.be/n-iVFsDWqUI>. Após certificar que havia quórum para dar início a reunião o presidente Otávio Landim comunicou que por motivo de doença a secretária Tayane Correa não havia terminado de redigir a ata da reunião ordinária anterior que ocorreu no dia vinte e seis de maio do presente ano e que após consultar o regimento do Conselho e não encontrou nenhum impedimento que a leitura da mesma fosse feita na próxima reunião ordinária submeteu ao pleno a proposta de que a leitura da ata da reunião ordinária e a desta reunião sejam realizadas na próxima reunião do Conselho. Após os conselheiros se manifestarem de forma favorável a proposta, o presidente Otávio Landim deu prosseguimento aos trâmites da reunião e abriu a seção intitulada “período de expediente para comunicações e registro de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral”. O conselheiro Adriano Helfenstein solicitou inscrição. O conselheiro Adriano Helfenstein saudou a todos e pediu esclarecimento e posicionamento da direção do campus sobre a questão das aulas em formato híbrido que alguns cursos adotaram conforme resolução 5/2021 (regulamenta a reativação do Ano Letivo de 2020, em caráter excepcional, e do Calendário 2020 - semestres 2020.1 e 2020.2, prevê a possibilidade de oferta de disciplinas a partir duas modalidades de ensino, o remoto e o híbrido) e frisou que o

colegiado do curso de Licenciatura em Geografia não adotou esse formato por não enxergar nem um tipo de mudanças estrutural ou nas questões de materiais de biossegurança até o momento, e lembrou que foi encaminhado para as coordenações via memorando o qual solicitava o posicionamento dos colegiados a essas adaptações necessárias para que pudesse haver aulas presenciais e que o colegiado de Geografia respondeu a essa solicitação mesmo acreditando fugir das possibilidades técnicas do mesmo, mas ainda assim contribuíram, porém não enxergam mudanças em relação a esse cenário. O conselheiro Adriano Helfenstein pediu que o diretor se pronunciasse quanto a essas indagações. O presidente Otávio Landim informou que a UNIFAP não está com o protocolo de biossegurança em execução e informou que no mês de fevereiro do presente ano foi enviado o memorando informando a Pró-Reitoria de Administração - PROAD todas as adequações necessárias e a lista de equipamentos individuais - EPIs, necessários para atender a comunidade acadêmica caso houvesse a oferta do modelo híbrido, informou que o processo está em fase de licitação e comentou que em reunião com o núcleo gestor do campus, alguns coordenadores administrativos se mostraram preocupados com esse retorno de forma híbrida sem que o protocolo de biossegurança esteja em execução, estamos procurando seguir a autonomia dos colegiados levando em consideração, por esse motivo organizamos duas salas de aulas com o devido distanciamento das carteiras, disponibilizando álcool em gel, porém sabemos que isso é insuficiente à conjuntura pandêmica que estamos vivenciando e respeitando a escolha dos colegiados que optaram por essa modalidade de ensino híbrido. O presidente Otávio Landim comentou que o ideal seria se tivéssemos o ensino híbrido somente após a implementação e execução do protocolo de biossegurança no âmbito da instituição. O conselheiro Jonathan Vianna solicitou inscrição. O conselheiro Jonathan Vianna iniciou sua fala cumprimentando a todos e informou que após sua fala irá se ausentar da reunião por motivo de participação em banca de TCC e continuou comunicando que iria ler a deliberação do colegiado de história e gostaria que estivesse registrado em ata. O conselheiro Jonathan Vianna leu: “Boa tarde, cumprimentando-os cordialmente, este Conselheiro informa a deliberação do Colegiado de História, em reunião ordinária ocorrida em dez de abril do presente ano, em que o Colegiado deliberou a **CONTESTAÇÃO** do Regimento Interno do Conselho do Campus Binacional do Oiapoque (CCBO), por meio de encaminhamento à Ouvidoria, uma vez que entende haver incompatibilidade do Regimento Interno do CCBO frente ao Regimento Geral da UNIFAP, seu Estatuto e ainda certas competências que caberiam unicamente ao Conselho Superior da Universidade (CONSU). Entendendo que a minuta caracteriza assédio e ilegalidade por meio de Regimento Interno, que concede ao CCBO prerrogativas de deliberação em diversos aspectos funcionais, administrativos e acadêmicos, sem a devida aprovação/resolução do CONSU. Assim, o Colegiado considerou: (a) a Portaria nº. 868, de 10 de setembro de 1990, que aprovou o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá, em especial o Art. 3º, Art. 14º, Art. 19º (V e VI), que tratam sobre atos legais e normativos no âmbito da UNIFAP; (b) a Resolução nº 09 - CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002, em especial o Art. 2º e respectivo **parágrafo único**; bem como as competências estabelecidas no Art. 10º e (c) a reunião Ordinária do Colegiado de História, em 10 de abril de 2021, que deliberou pela provocação da OUVIDORIA, para mediação do caso narrado e, conseqüentemente, o prejuízo para apreciação das providências deliberados pelo Colegiado de História e encaminhadas para apreciação das instâncias superiores. Por entendermos a arbitrariedade e o vício formal no Regimento Interno do CCBO, o Colegiado de História por meio de seu representante se abstém de votações de pautas que levem em consideração o Regimento Interno do CCBO como instrumento resolutivo, uma vez que cabe tão somente ao CONSU a deliberação de expedição de RESOLUÇÃO no âmbito da UNIFAP. Neste sentido, entendemos que a RESOLUÇÃO Nº 1/2021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021 é ilegal, atinge a vida funcional de todos os servidores do Campus Binacional, extrapolando as competências das pró-reitorias, conforme observado no domínio do Campus Binacional. Além do mais, não reconhece as

deliberações presentes nas ATAS do Conselho do Campus Binacional com base no Regimento Interno do CCBO, por possuir inúmeros absurdos e violações, a qual destacou o Art. 3º, que trata o Campus Binacional, praticamente como uma universidade paralela de deliberação em competências que cabem a gestão da universidade, a saber, reitor, pró-reitores e CONSU. Além do mais, no Art. 5º, a imoralidade sem limites prevê a destituição de Coordenador de Curso, ferindo uma prerrogativa do Estatuto e Regimento da UNIFAP, uma vez que destituição de cargo decorre de sanção disciplinar em devido processo que garanta o contraditório. Por final, respeitosamente, esse CONSELHEIRO, em observância aos pares do Colegiado de História se abstém de atos com base no Regimento Interno do Conselho do Campus Binacional Oiapoque (CCBO). “Meu respeito ainda aos colegas conselheiros e coordenadores de curso, presidente, finaliza a minha fala, obrigado”. Após a leitura do texto o conselheiro Jonathan Vianna frisou que os coordenadores que na época da aprovação do regimento ainda não eram coordenadores ou não estavam presentes no dia da instalação do conselho. O presidente Otávio Landim agradeceu o posicionamento do conselheiro Jonathan e explicou que esta discussão de instalação do conselho do campus se estende a mais de cinco anos e continuou afirmando que o conselho do campus é similar ao conselho dos departamentos acadêmicos do Campus Marco Zero, informou ainda que dentro de uma perspectiva democrática como presidente desse conselho respeita a decisão de qualquer colegiado seja ele qual for de querer ou não participar das atividades do conselho. O presidente Otávio Landim tem a plena certeza que o Conselho do Campus levando em consideração as ações que devem ser discutidas inerentes ao planejamento administrativo e pedagógico vem fortalecer a instituição Campus Oiapoque e lembrou que na reunião que foi apresentada a minuta do regimento alguns conselheiros se propuseram a estar fazendo uma comissão para realizar uma revisão do regimento do conselho. O presidente Otávio Landim declarou que mesmo que haja algum movimento de enfraquecimento do Conselho do Campus Oiapoque o judiciário será acionado visando garantir continuidade das atividades do Conselho do Campus, pois aqui é um espaço democrático onde podemos ouvir os anseios e as proposições dos três entes que compõe a comunidade acadêmica com suas devidas representações de solicitou que essa reivindicação exposta pelo conselheiro Jonathan Vianna seja enviada por escrito para que se possa tomar as devidas providências e fazer os encaminhamentos necessários. O presidente Otávio Landim terminou seu discurso frisando que compreende os anseios, objetivos e o questionamento de cada um e respeita essas opiniões, e informou ainda que acredita que o Conselho do Campus fortalece o Campus Oiapoque que antes de querer uma propositura de extinção ou algo nesse sentido seria muito mais prudente da parte de todos os conselheiros traçarem estratégias para o aprimoramento do seu regimento. O conselheiro Jonathan Vianna informou que os docentes que participaram da reunião de colegiado em que foi votado o que foi lido anteriormente, ele Jonathan Vianna, Alexandre Amaral, Evilânna Samara, Paulo Milhomen e informou que já foi feito os encaminhamentos o extrato da ata já está anexado nos autos do processo e o que ficou pendente foi apenas a manifestação à fala posicionada, e ressaltou que não gostaria de tumultuar a reunião mais não foi possível se manifestar previamente, pois era necessário um amadurecimento não é nada pessoal e sim o posicionamento do colegiado. O presidente Otávio Landim deu continuidade informando que a Direção do campus estará enviando um memorando para a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN solicitando a abertura de um processo referente algo que possa ser feito em relação aos módulos que possam fornecer mais autonomia sobre tudo autonomia administrativa para os setores da gestão do campus, foi feito um estudo pela PROPLAN no final do ano de dois mil e dezenove pra início de dois mil e vinte onde a pró-reitoria já iria trabalhar com matriz de descentralização porém veio a pandemia que deu uma travada nesse processo que inclusive está inserido dentro do PDI da instituição, pois quanto mais autonomia o campus tiver melhor conseguiremos dar seguimentos aos fluxos Administrativos. O conselheiro Alexandre Marcondys solicitou inscrição. O conselheiro Alexandre Marcondys cumprimentou a todos e solicitou que o

presidente colocasse a apreciação do conselho o documento apresentado pelo conselheiro Jonathan Vianna. O presidente Otávio Landim anunciou que assim que o conselheiro Jonathan Vianna enviar o documento será encaminhado para apreciação dos demais conselheiros para que cada um faça a análise, e reiterou que o conselheiro Jonathan Vianna em sua colocação estava na seção comunicações gerais não havendo assim problema por ele ter feito essa comunicação, pois está dentro do regimento, afinal ele deu ciência de uma deliberação do colegiado e isso não se torna um ponto de pauta para essa reunião. O presidente Otávio Landim frisou que se caso haja algum questionamento seja na ouvidoria e/ou corregedoria nós iremos para o enfrentamento no bom sentido da palavra, para a discussão, pois não podemos deixar que esse conselho deixe de funcionar, se houver alguma inconsistência nós iremos fazer o processo de lapidação e dar continuidade as atividades do conselho. O presidente Otávio Landim adentrou a ordem do dia que é pauta única que trata sobre Apresentação e deliberação sobre as indicações presentes no Relatório: Quadro de Servidores Técnicos do Campus Binacional de Oiapoque: Cenários e Proposições elaborado pela Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP e o coordenador Tiago Vieira irá nesse momento fazer a apresentação desse relatório, e no final deste relatório existe algumas recomendações que nós propomos para que possamos de fato equilibrar essas dimensões referentes a saídas e não reposição de um conjunto de servidores técnicos administrativos ao longo dos últimos anos, para que possamos realizar essa articulação essa solicitação junto aos outros setores da instituição é impensável que tenhamos um diagnóstico do que está acontecendo no âmbito do Campus Oiapoque e salientou que no ato da convocação foi enviado esse relatório com os devidos comprovantes. O coordenador de gestão de pessoas Tiago Vieira saudou a todos e discorreu sobre a demanda que surgiu da direção geral para que fosse realizado um panorama de servidores técnicos do Campus Binacional desde a fase de implantação no ano de dois mil e sete quando foi criado o Campus Norte até os dias atuais, deu ciência dos concursos realizados a partir do ano de dois mil e doze com vagas para o corpo administrativo dentro do campus Oiapoque, e dentro os cargos oferecidos para o campus Oiapoque pensou se em uma estrutura similar ao Campus Marco Zero, uma estrutura que pudesse envolver questões de forma administrativa em geral e pedagógico e foram disponibilizados cargos dentro desses parâmetros de forma gradual, os editais de remoção internas só foram feitos a partir do ano de dois mil e dezessete, as remoções antes desse período se davam por aqueles que se destacavam e eram removidos por interesse da administração, outros que iam dar apoio técnico durante determinado período e não voltavam mais e não existia de fato uma normativa que pudesse estabelecer critérios e destacou que o campus Oiapoque é pioneiro nessa normativa em relação a outras instituições e citou como exemplo o IFAP que ainda não possui essa legislação. O coordenador Tiago Vieira continuou sua apresentação explicando como foram distribuídas as entradas dos servidores e os cargos disponibilizados no decorrer dos anos dentro de cada concurso, explanou sobre as quantidades e formas de remoção através de documentos comprobatório vinte e cinco servidores removidos por meio de concurso interno, cinco por motivo de acompanhamento de cônjuge, quatro por pedido de exoneração, três servidores removidos por interesse da administração, dois removidos por motivo de saúde, três redistribuído para outras IFES. O coordenador Tiago Vieira apontou o panorama do quadro de servidores técnicos administrativo no campus Binacional em números totais através de um gráfico demonstrando por cargos as entradas e saídas e frisou que dos cinquenta e oito servidores técnicos que foram admitidos no campus somente dezoito ainda permanecem isso dar um percentual de 75% de servidores técnicos removidos nos últimos cinco anos. O coordenador Tiago Vieira salientou que a partir desse estudo surgem algumas dúvidas e questionamentos de que forma a universidade tem se posicionado, incentivado os servidores para que de fato se sintam acolhidos no campus Binacional, pois a grande maioria dos servidores vem de outras cidades e até mesmo de outros estados e logicamente na primeira oportunidade tentam a remoção, e frisou que deveriam existir alguns mecanismos que

pudessem valorizar o servidor do campus Binacional que pudesse incentivá-los a buscar uma qualidade e uma carreira profissional dentro do campus. O coordenador Tiago Vieira também apresentou números da quantidade de servidores para que houvesse um cenário ideal para que não sobrecarregasse os servidores que estão ativos e que a tramitação de documentos e o atendimento as necessidades administrativas fossem mais fluídos em todos os setores do campus. Diante do exposto o coordenador Tiago Vieira solicitou a aprovação das seguintes recomendações pelo Conselho do Campus Oiapoque tendo em vista fornecer condições adequadas aos setores administrativos e o suporte as ações pedagógicas no Campus Binacional de Oiapoque no âmbito do quantitativo adequado de Servidores Técnicos Administrativos sendo necessário: (A)-Necessidade de reposição: 1 vaga para Analista de Tecnologia da Informação; 2 vagas para Técnicos em Assuntos Educacionais; 2 vagas de contadores; 2 vagas de auxiliares em administração; 10 vagas de assistente em administração; 1 vaga para Bibliotecário.(B) Recomendo que nos próximos concursos destinados a remoção de Servidores Técnicos Administrativos é importante inserir nos itens a serem avaliados a fiscalização de contratos com a devida pontuação. Tal ação afigura-se importante, pois é um incentivo para participação na atividade laboral citada. (C) Recomendo que a remoção do servidor ou servidora a interesse da administração e na modalidade de acompanhamento de cônjuge (interna no âmbito da instituição) deve ser acompanhada pela disponibilização do código de vaga (para concursos futuros) ou chamamento do cadastro de servidores (para concursos em vigência). O presidente Otávio Landim agradeceu ao coordenador Tiago Vieira pela apresentação e pela elaboração desse diagnóstico juntamente com a servidora Nelcilene Agostinho, que foi feito com muita profundidade demonstrando através de números a nossa atual realidade e enfatizou a importância de conhecermos nossos gargalos, pois quando não conhecemos nossa realidade não temos subsídios para solicitar sobretudo as questões das reposições de servidores. O presidente Otávio Landim abriu para que os conselheiros se posicionassem. O conselheiro Alexandre Marcondys parabenizou o coordenador Tiago Vieira por sua excelente apresentação e comentou que o levantamento feito é bastante numérico e enfatizou que a função de todos aqui também é contribuir com o aprimoramento da administração pública e perguntou se foi possível fazer um levantamento do acompanhamento das atividades desses técnicos, pois a falha é aparentemente numérica, mas realmente é aí que está à falha indagou. O conselheiro Alexandre Marcondys continuou seu discurso discorrendo sobre os técnicos que foram lotados na coordenação do curso Bacharelado em Direito que diversas vezes foi difícil de encaixar eles nas atividades do colegiado e logo depois no curso assumiu uma Técnica em Assuntos Educacionais - TAE que o antecedeu que exercia funções para além, por isso acredita que seja necessário essa perspectiva da avaliação mas a respeito de necessidades pontuais de trabalho e citou como exemplo a Coordenação de Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias - COPEA questionando quantos projetos estão vinculados nessa coordenação, justificando um aumento no quantitativo de técnicos nessa coordenação? Pois temos um número limitado de bolsas, projetos que são pontuais e temos uma burocracia na celeridade nos processos de solicitações dos docentes, devolutivas análises e por esse motivo acredita que deveria ter uma análise qualificada dessas atividades pudessem contribuir para endossar essa requisição ao aumento de profissionais para o Campus Oiapoque. O coordenador Tiago Vieira respondeu que é necessário encontramos um mecanismo que seja padrão, pois o campus Binacional como podemos observar não foi idealizado, pensado como deveria ter acontecido ele foi implantado no primeiro momento na base do improvisado e as coisas tem acontecido de forma gradativa até chegar na estrutura que temos hoje e citou como exemplo os cargos que foram citados na apresentação que só foram possível ser dimensionados qual setores iria ser contemplado por conta do organograma que foi criado no ano de dois mil e quinze, foi quando se pensou quais seria as estruturas que iria contemplar o campus, frisou também que os processos de avaliação dos servidores são muito falhos, pois há servidores que ouvimos muitas reclamações sobre eles, porém são nota dez na avaliação de desempenho

funcional e isso foi questionado até mesmo no concurso de remoção porém em contra partida havia servidores que buscam fazer o melhor em seus setores porém não tinham boas notas na avaliação por motivos que não sabemos. O coordenador Tiago Vieira reafirmou que o objetivo desse trabalho é buscar esses mecanismos para melhorar nesse sentindo. O conselheiro Alexandre Marcondes comentou que na reunião passada foi instituída uma comissão de avaliação de infraestrutura, e frisou que percebe de forma preocupante que os técnicos se dividem entre a UNIFAP e a “casinha” e que esse modelo também deve ser pensado até mesmo para aperfeiçoar o trabalho dos técnicos e indagou de que forma os técnicos analisam isso, se é incômodo ou funciona muito bem? Pois acredita que talvez os docentes não tenham a visão corretamente o entendimento de como vocês se sentem dentro do espaço que foi reservado para os técnicos e se isso tem funcionado e de que forma isso possa ser aprimorado? O coordenador Tiago Vieira respondeu que alguns colegas se sentem desprestigiados no Campus Binacional isso no contexto geral, até mesmo as programações realizadas pela PROGEP que em tese era pra atender todos os servidores da instituição, são pensadas apenas para os servidores do Campus Marco Zero, no que se refere ao âmbito do Campus Oiapoque também existe uma queixa de muitos colegas que se refere a essa questão de estrutura como se houvesse uma segregação “por estarmos na “casinha” (anexo) como se ali fosse outro campus”, como se fosse outra estrutura paralela à universidade, e pontuou que essa integralização inicialmente deve ser física para que os técnicos se sintam inseridos, envolvidos no contexto da universidade para que possa a partir desse momento possa se pensar nessa estrutura dos servidores para que não possa ocorrer esse distanciamento e quando chegar nesse nível de igualdade certamente irá avançar muito nas outras perspectivas. O presidente Otávio Landim complementou a fala do coordenador Tiago Vieira dizendo que é importante destacar que essas insatisfações no ponto de vista em quanto gestor ela passa por funções gratificadas é de conhecimento de todos que não temos funções para todos os servidores técnicos administrativos então é algo a se pensar no âmbito da gestão uma forma de dar uma maior rotatividade dentro dessas funções gratificadas que até permite que o servidor possa fazer uma mobilidade entre os setores administrativos do campus e cada um fica com o período com uma função gratificada. O conselheiro Alexandre Rauber elogiou o coordenador Tiago Vieira juntamente com sua equipe da COGEP e também aos servidores da COAP por terem elaborado um relatório tão bem detalhado, e comentou que como foi relatado no relatório houve certa rotatividade de técnicos dentro do Campus Oiapoque, e enfatizou que isso ocorre a partir da política da gestão geral, e foi quando se fez a Resolução nº 19/2016 que estabeleceu critérios um desses é que todo técnico administrativo ele pode a partir de dezoito meses que ele tomou posse pode concorrer ao edital de remoção e automaticamente quando a universidade fornece vagas para concurso ela tem que fazer esse levantamento das vagas dando prioridade para questão interna antes de abrir concurso externo, esses critérios de seleção são definidos por uma comissão de remoção, e esta é formada para onde eles vão e não de onde sai, a resolução citada diz que os membros que formaram essa comissão com um servidor dos seguintes departamentos; PROGEP, PROGRAD, PROPLAN e um servidor indicado pela categoria e enfatizou que temos ativos no Campus Oiapoque dezoito técnicos administrativos e precisamos de no mínimo mais dezoitos para repor as vagas dos servidores já removidos, mas questionou que nesse relatório não está sendo contemplado o curso de pós-graduação em geografia com um servidor técnico e propôs que fosse ampliado o quantitativo de servidores pela questão da alta rotatividade e sugeriu também para o segundo item de recomendação que ele saia, pois acredita ser muito específico e frisou que entende ter a necessidade de ter o fiscal, porém como já havia mencionado os critérios e as definições estão na resolução mencionada e quem define os critérios de pontuação é a comissão de elaboração do edital de remoção que é formado pelos servidores do Campus Marco Zero, mas se tiver uma forma de ser trabalhada por outra comissão seria importante, mas acredita que para esse contexto não cabe. O conselheiro Alexandre Rauber sugestionou também a questão do incentivo a

permanência a gestão do campus, o conselho conseguir barganhar mais CD, FG para manutenção dos docentes e técnicos no Campus. O presidente Otávio Landim explicou que essa segunda recomendação foi pensada para ser apresentada para a comissão de elaboração do edital de remoção, a ideia é que tenhamos uma proposta oriunda do conselho do Campus que delibera positivamente no sentido de se estabelecer esses critérios inerentes as fiscalizações dos contratos administrativos por partes do corpo técnico. O conselheiro Alexandre Rauber explicou que acredita ser muito específica porque ela não contempla todos os técnicos e comentou que esse item deveria ter subitens para que pudesse atender uma maioria dos técnicos, não somente quem está sendo fiscal. O coordenador Tiago Vieira explicou que sabemos que alguns setores por sua natureza acabam tendo mais afinidade a exemplo citou a COAP, por está lidando com a parte administrativa e de planejamento tudo fica centralizado nesse setor, mais a ideia seria que a partir do momento que houvesse um contrato fosse disponibilizado uma inscrição para que o próprio servidor auto indicasse, pois o que ocorre agora é que temos que indicar o servidor que na maioria das vezes já é fiscal de vários contratos sobrecarregando o mesmo, e na grande maioria das vezes esse servidor não quer ser fiscal porém para que veja o processo caminhando ele assume mais essa responsabilidade, e como contra partida ele não recebe nem um incentivo para realizar isso que é algo obrigatório, a partir do momento que é designado tem que assumir. O coordenador Tiago Vieira esclareceu que a ideia inicial seria quando for disponibilizado um contrato fazer um levantamento dos servidores que tenha interesse de participarem da fiscalização desse contrato e a partir a existência de algum critério para selecionar servidores de qualquer unidade administrativa, porque pra todo efeito a atribuição do assistente administrativo é de apoio e mesmo que ele esteja em uma coordenação de curso não impede de ele ser fiscal de contrato, essa ideia surgiu porque também é um item do edital de mestrado da universidade, e dessa forma criar critérios para motivar o servidor a querer ser um fiscal ou gestor de contrato e de alguma maneira houvesse uma divisão igualitária e não ficasse sobrecarregado para alguns técnicos específicos somente e de alguma maneira essa divisão pudesse gerar uma contra partida onde o servidor pudesse se sentir motivado em somar cada vez mais com o Campus e ter também a possibilidade de ser reconhecido por isso. O coordenador Tiago Vieira esclareceu que realmente não foi colocado no relatório o servidor designado para a coordenação de pós-graduação por motivo de que a proposta inicial era somente repor as vagas ociosas, pois o ideal para o campus que está em expansão é de dobrar o numero de servidores para que possa atender as demandas que ainda virão, por esse motivo devemos discutir formas de melhor lidar com esse assunto. A conselheira Fabiola Reis comentou sobre a questão do técnico em línguas de sinais que nunca foi contratado para acompanhar a docente Cleonice Rodrigues que foi admitida no ano de dois mil e dezesseis e no decorrer dos anos sempre dependeram dos técnicos lotados no colegiado de Língua Portuguesa/Libras do Campus Marco Zero que eram solicitados através de memorando mais nunca estavam disponíveis a vir para Oiapoque e desse modo acumulava se essa função para a servidora Suellem Silva que era lotada no Campus como TAE, e frisou que a mesma não era técnica em língua de sinais, porém tinha conhecimento na área e acompanhava a docente Cleonice Rodrigues em algumas atividades e enterou que quando a docente Cleonice Rodrigues assumiu a coordenação do curso de Letras/Francês havia esperanças que o técnico em língua de sinais fosse admitido para auxiliá-la porém isso não aconteceu contribuindo para que a mesma entrasse com processo para remoção. A conselheira Fabiola Reis informou também que uma das respostas aos memorandos enviados foi o seguinte: “Infelizmente nossa universidade ainda não está preparada para atender em outro campus nesse momento” e enfatizou que essas respostas eram típicas do Campus Marco Zero e frisou que o que os membros do colegiado principalmente a docente Cleonice Rodrigues foi bem constrangedor por conta da ausência desse técnico e reforçou a necessidade de que haja um técnico em línguas de sinais para atender eventualmente um docente em libras e/ou outros docentes e acadêmicos que precisarem se

comunicar dessa forma. O presidente Otávio Landim comentou que se lembra dos contatos que teve com a docente Cleonice Rodrigues que sempre estava muito preocupada com a falta desse técnico tradutor, e informou que foram feitos dois ou três processos simplificados na tentativa de se contratar esse técnico, porém como era para uma contratação temporária não gerou interesse por parte de candidatos (as) e reforçou a importância de se saber o código de vaga desse profissional para que possa ser solicitado. O coordenador Tiago Vieira explicou que o Interprete de Libras é nível superior classificação E, o MEC estipula a quantidade de vagas que serão ofertadas dentro do nível e classificação de a administração define quais suas necessidades e cargos dentro do quantitativo de vagas ofertadas pelo MEC. O presidente Otávio Landim ratificou que irá acrescentar a solicitação deste Interprete de Libras nas recomendações. A conselheira Carina Almeida saudou a todos e parabenizou o coordenador Tiago Vieira e discorreu sobre o “calcanhar de Aquiles” do Campus Oiapoque é a permanência dos servidores e enfatizou que não adianta realizar concursos e continuar o esvaziamento do Campus e indagou de que forma irá manter esses servidores no Campus? E respondeu ou com salários melhores do que eles teriam em Macapá ou com condições melhores de trabalho, e frisou que essas são questões que se deve atentar quando se fala em efetividade, pois conforme explicado pelo coordenador Tiago Vieira as entradas e saídas de servidores foram intensas e reflete o desinteresse em permanecer no Campus Binacional por diversos motivos como já citadas anteriormente pelo Tiago Vieira como a questão das programações e atividades realizadas pela PROGEP só atender o Campus Marco Zero e reiterou a fala do conselheiro Alexandre Rauber quando comenta sobre a questão da disponibilização de mais CD e FG para servidores do Campus e enfatizou que quem sabe interesse e mantenha mais servidores no municípios, pois pensar no interior e nos campi e pensar suas especificidades. A conselheira Carina Almeida comentou sobre a dificuldade da coordenação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena enfrenta com o fluxo de rotatividade de servidores técnicos administrativos e acredita que isso não é bom, pois é necessário gestar o Programa das Licenciaturas Interculturais Indígenas - PROLIND que é dinheiro público para se gestar, e o problema desse processo não ter um funcionário que ajude nesse princípio e/ou que tenha pouquíssimo conhecimento nessa área. O colegiado sente falta de apoio na gestão de projetos, e continuou seu discurso enfatizando que é necessário ter um setor de gestão de projetos para auxiliar não somente o curso de licenciatura Intercultural Indígena como também os projetos de pós - graduação que virão, se o Campus Oiapoque pensa em expandir deve pensar então em captação e gerenciamento de recursos de projeto, pois uma universidade de fato começa a ter solidez em suas ações quando consegue acessar editais e gerenciar os recursos provenientes deles. A conselheira Carina Almeida participou que o atual técnico que atende a coordenação exerce sua função auxiliando a coordenação nas coisas mais básicas das básicas e enfatizou que é preciso servidores mais proativos e sinalizou que a coordenação está sobre carregada para gestar esses recursos, pois não se sentem capacitadas para fazer, porém fazem porque é obrigação inerente ao cargo que ocupa. A conselheira Carina Santos após apresentar o atual cenário da coordenação pediu que tivessem sensibilidade para colaborar e inclusive para vislumbrar esse crescimento que está sendo acusado da consolidação do campus e declarou que se o Campus se transforma em algo maior ele vai ter que gestar dinheiro e projetos e acredita que há caminho para solucionar esse problema. O presidente Otávio Landim diz entender as angústias do colegiado em relação aos recursos do PROLIND, aonde vem acompanhando geralmente a coordenação do curso pede apoio a algumas pró-reitorias como a PROPLAN e a PROAD nesse processo de gerenciamento desses recursos e continuou dizendo que temos dois administradores lotados no Campus e caso haja necessidade pode estar solicitando o apoio deles para entrar em contato e verificar o que pode ser feito para auxiliar a coordenação para retirar essa sobrecarga, sobretudo desse conhecimento mais técnicos inerentes à gestão e a prestação de contas financeiras e comentou que em médio prazo pode ser pensado nesse núcleo de gestão de projetos, mais no cenário atual estamos com insuficiência

de servidores apresentados pelo coordenador Tiago Vieira. O coordenador Tiago Vieira comentou sobre a questão do incentivo para os servidores permanecerem no Campus e indicou como opção o adicional de fronteira para todos os servidores, informou que já foi uma promessa da categoria, houve algumas deliberações e encaminhamentos sobre o assunto, porém não houve retorno. O coordenador Tiago Vieira comentou que sabemos que a dinâmica de uma área de fronteira é muito complicada e quando se fala de Oiapoque tudo se intensifica alternativa que sugeriu foi que a universidade poderia buscar agregar os servidores do Binacional aos planos de saúde, pois muitos não conseguem acessar os mesmos no município tendo que se deslocar para Macapá para usufruir propôs também como medida para auxiliar na permanência do servidor no Campus é buscar realmente a binacionalidade do Campus, pois alguns servidores vêm para o Campus com a ideia que essa binacionalidade é mais efetiva onde acreditava se que viriam e poderia cursar um mestrado integralizado com a universidade da Guiana Francesa, porém isso não acontece. O coordenador Tiago Vieira sugestionou também que poderia ser dado pontos extras em ser servidor do Campus Oiapoque em editais para formação continua buscando por meios de termos de cooperação com outras universidades que possam contemplar os servidores do Campus Oiapoque no intuito desses qualificarem, pontuou também o auxílio transporte que é uma demanda que envolve questões legais mais é necessário discutir alternativas para sua implementação, continuou seu discurso comentando sobre as FGs e destacou que é um ponto chave por conta das atribuições acumulativas que o servidor possui no campus e lembrou que no ano de dois mil e treze /quatorze a COGRAD era uma direção de graduação que recebia CD e que algumas CD e FG foram devolvidas temporariamente para o Campus Marco Zero por não possui servidores suficientes para recebê-las para que em um segundo momentos fossem devolvidas para o Campus o que de fato nunca aconteceu, e frisou que são situações como essas que prejudica o processo. Em relação a execução de orçamentos ao qual a conselheira Carina afirmou não se sentir segura para administrar esses projetos o coordenador Tiago Vieira explicou que é uma situação muito complicada porque o servidor administrativo tem sua área técnica até certo ponto em que muitas das vezes não tem o preparo assim como o docente para lidar com essas questões e concordou com a fala da conselheira quando diz que se houvesse no Campus um núcleo gestor constituído de profissionais como contadores, administradores e economistas se tornaria mais fácil gerir esses e outros projetos. O conselheiro Alexandre Marcondys se prontificou a auxiliar a conselheira Carina Almeida na gestão do projeto citado destacou que já trabalhou nessa área anteriormente em outra esfera da administração pública, e frisou que desde ano de dois mil e dezoito tem colaborado com a administração no sentido de ministrar treinamento para os técnicos e informou que no ano de dois mil e vinte um irá ministrar curso para gestão de projetos no âmbito da administração pública, e continuou seu discurso indagando se há algum convênio a universidade celebra algum contrato para além daqueles de custeio? E citou como exemplo o da limpeza e limpeza, segurança? E perguntou também se há algum nível e como se encontra hoje os mesmos. O presidente Otávio Landim respondeu que é interessante o questionamento do conselheiro Alexandre Marcondys e informou que para além dos contratos de custeio que temos de vigilância, limpeza e manutenções prediais, temos três termos de cooperações em vigência que é um com o Instituto Federal do Amapá - IFAP e com o SESC que disponibilizam salas de aulas e o terceiro termo de cooperação é com a Secretaria Municipal de Educação no qual foram cedidas trezentos e dezoito cadeiras para as escolas do município até o momento que for inaugurado o bloco B e em contra partida é feito o processo de roçagem a cada dois meses nas instalações do Campus e frisou que esses são os termos de cooperação que estão em vigência além daquelas parcerias mais pontuais, geralmente quando alguma secretaria municipal solicita o espaço para a realização de alguma atividade estamos cedendo e estamos tendo um diálogo mais próximo com o poder público municipal. A conselheira Elissandra Barros discursou sobre a fala anterior do conselheiro Alexandre Marcondys quando diz que é necessário mapear não somente o quantitativo de vagas

necessárias como também para onde elas irão, pois esse é um processo pelo qual poderá se prevê espaço que precisam ser preenchido numa estrutura de ampliação das ações do Campus, embora concorde que de fato não foi planejado nem se pensado o Campus Binacional e que isso foi feito em diversas reitorias de uma forma oportunista não se pensando na estrutura do Campus como um todo naquilo que se queria e/ou o que deveria ser o Campus Oiapoque e eis que estamos hoje no ano de dois mil e vinte e um colhendo frutos amargos de um monte de escolhas equivocadas realizadas dentro do Campus Binacional, mais frisou que não adianta mais chorarmos por esse processo que já foi e sim pensarmos daqui pra frente nos poderíamos se pautar a partir daquilo que tá dado e a partir daquilo que queremos para o Campus e dentro dessa perspectiva ponderar que tipo de profissional queremos que venha para o Campus e frisou novamente que além de um número de vagas precisamos identificar exatamente que tipo de profissionais precisamos para suprir nossas necessidades. A conselheira Elissandra Barros propôs que em uma próxima reunião pudéssemos discutir de uma forma integral o que estamos precisando de docentes para atender as necessidades dos colegiados e frisou que foi feito o levantamento da necessidade de docentes pelos colegiados conforme o panorama atual e indagou os cursos que estão implantados no Campus irão permanecer? Ou vai ser substituídos? Irá haver uma rotatividade desses cursos? Como vai ser o processo de abertura de vagas para daqui para frente? Porque isso impacta diretamente para onde irá esses códigos de vagas, e continuou seu discurso dizendo se há perspectivas de determinado curso ser retirado do Oiapoque e sabemos que esses processos estão em andamento e esses cursos receberem códigos de vagas em um determinado momento é realmente exequível, pensar em um processo de estruturação do Campus é necessário projetar o que almejamos para esse Campus daqui a cinco, dez anos de fato possamos planejar com mais clareza e pensar em estratégias de viabilizar e priorizar quem realmente quer ficar em Oiapoque quem quer trabalhar em Oiapoque e se consolidar enquanto profissional e frisou que não é necessário ficarem a vida inteira porém o período que estiverem aqui contribuirão positivamente no Campus, e precisamos fazer com que o Campus Oiapoque deixe de ser somente a ponte para que profissionais ingressem no Campus Marco Zero ou em outras universidades brasileiras. A conselheira Elissandra Barros comentou também sobre o adicional de fronteira, e políticas de apoio que a própria universidade pode construir para esses profissionais que estão em Oiapoque e discorreu sobre a questão de quando é necessário que servidores do Campus Marco Zero se desloquem para Oiapoque na grande maioria das vezes só vem se tiver transporte e/ou diária, mais isso não ocorre com servidores de Oiapoque primeiro porque não há um transporte cedido para o Campus para esse fim e que na grande maioria das vezes os servidores precisam custear seu deslocamento e estadia para resolver problemas relacionados com a universidade no Campus sede. A conselheira Elissandra Barros também manifestou seu repúdio a fala do conselheiro Jonathan Vianna porque acredita que ter o conselho do campus e ter o mínimo de autonomia para deliberar as questões particulares do campus e que precisam ser resolvidas e que não irão ser resolvida a partir de uma gestão centralizada em uma distância de 600 km é fundamental. E enfatizou que há um desconhecimento pensamento equivocado da gestão em relação à Oiapoque e sempre houve e permanece sendo assim e não há uma proposta da parte da gestão geral de desenvolvimento deste campus e devemos tomar isso em discussão de conselho por esse motivo acredita ser muito válida a manutenção deste conselho e frisou que está próximo o período eleitoral para reitoria do Campus e que seja discutido melhorias para o campus e não discussões pessoais. O presidente Otávio Landim agradeceu as colocações da conselheira Elissandra Barros e informou que em relação ao diagnóstico que tange sobre o quantitativo de docentes estará como ponto de pauta para a reunião do mês de junho para discutirmos esse encaminhamento do mesmo formato que foi feito com a coordenação de gestão de pessoas se prontificou a sentar com a coordenação de graduação para realizar esse levantamento e comentou também sobre a dificuldade de fixação dos profissionais nos campi dos interiores, cabe à gestão do campus e conselheiros iniciar um

diálogo em relação a esse assunto no sentido de construir essa dimensão de um planejamento a médio e longo prazo e levando em consideração a participação da população porque é importante que essa participação seja efetivada, pois atendemos uma demanda em sua maioria local. O coordenador Tiago Vieira Araújo comentou a fala da conselheira Elissandra Barros quando fala de que realmente devemos buscar alternativas deve partir de nós servidores do Campus Oiapoque, pois se formos esperar pela administração superior isso não irá ocorrer só se for período eleitoral que é regado por promessas que são convenientes, e continuou dizendo que estamos cansados de ter só projetos queremos ver as coisas realmente sair do papel, então tem que fazer acontecer. O presidente Otávio Landim deu segmento à reunião encerrando as discussões e propondo que seja feita a deliberação do que foi exposto como recomendações pelo coordenador Tiago Vieira levando em consideração aos pontos que foram colocados pelos conselheiros sobre tudo os pontos que complementam as indicações que foram elencadas pelo coordenador Tiago Vieira e iremos realizar o processo de votação com três opções de votos: A - Aprovação das recomendações e sugestões que foram efetivadas pelos conselheiros; B - Não; C - Abstenção; e continuou sua fala justificando ter colocado como ponto de pauta a aprovação desse item por motivo de ter um direcionamento desse conselho, pois ele corresponde à maioria ampla e qualificada dos cursos de graduação e pós-graduação como também das representações da comunidade acadêmica é um movimento que demonstra coesão e força tendo em vista os temas que são sensíveis as necessidades diferenciada e específicas do campus e é necessário esse movimento de unirmos forças e reiterou que vivemos em um processo democrático ninguém é forçado a pensar como o outro e adversidade faz parte do processo de construção do diálogo e frisou ser importante que tenhamos a compreensão dos nossos problemas e nossas limitações e também o que queremos enquanto campus, enquanto profissionais que estão formando outros profissionais para atuar em uma sociedade tão desigual, tão injusta e ainda tão inserida em atos que são imorais vivencia onde alguns de nossos representantes que não representam de fato os anseios da população. A votação encerrou se com os seguintes votos: A- 09 votos - Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Alexandre Luís Rauber, Adriano Michel Helfenstein, Carina Santos de Almeida, Elissandra Barros da Silva, Fabíola do Socorro Figueiredo dos Reis, Paulo Cezar Gonçalves da Silva, Solange Rodrigues da Silva, Eziquiel Silva Luz; B - 0 votos; C - 0 votos. O conselheiro Alexandre Rauber reforçou a importância da decisão colegiada afirmando que ela chancela e têm um peso de decisão quando o processo avança dentro das estâncias da IFES. O presidente Otávio Landim disse concordar com as colocações do conselheiro Alexandre Rauber e reiterou a importância desse conselho, e a importância de se estabelecer um movimento democrático e participativo na universidade e no âmbito do campus e enfatiza a importância independente de gestão de ter a efetivação do conselho em relação a todas as demandas e possibilidade de melhorias no âmbito do Campus Oiapoque. A próxima reunião do conselho do campus ficou acordada para o dia vinte e quatro de junho às nove horas da manhã. E solicitou que as comissões portariadas na próxima reunião do conselho nas comunicações de ordem geral possa apresentar um panorama dos trabalhos que já estão sendo realizados. A palavra foi franqueada, não havendo manifestação dos presentes, às dezessete horas e vinte e cinco minutos encerra-se a reunião e eu, Tayane Correa, lavro e assino á presente ATA com os demais presentes:

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 15:21)
ADRIANO MICHEL HELFENSTEIN
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2244159

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 09:54)
ALEXANDRE LUIZ RAUBER
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2063438

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 16:32)
ALEXANDRE MARCONDYS RIBEIRO
PORTILHO
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2286122

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 09:45)
CARINA SANTOS DE ALMEIDA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2096625

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 11:46)
ELISSANDRA BARROS DA SILVA
MEMBRO
Matrícula: 1732791

(Assinado digitalmente em 23/06/2021 11:34)
EZIQUEL DA LUZ SILVA
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
Matrícula: 2127263

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 14:57)
FABIOLA DO SOCORRO FIGUEIREDO
DOS REIS
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2388155

(Assinado digitalmente em 20/06/2021 22:17)
FRANCISCO OTAVIO LANDIM NETO
DIRETOR
Matrícula: 2326536

(Assinado digitalmente em 24/06/2021 16:02)
JONATHAN VIANA DA SILVA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1196194

(Assinado digitalmente em 22/06/2021 08:02)
KATIA LIGIA VIEIRA LIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2268809

(Assinado digitalmente em 23/06/2021 14:02)
PAULO CEZAR GONÇALVES DA SILVA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1751955

(Assinado digitalmente em 21/06/2021 15:36)
SOLANGE RODRIGUES DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 3067002

(Assinado digitalmente em 24/06/2021 17:20)
TAYANE DOS ANJOS CORREA
CHEFE
Matrícula: 2217408

(Assinado digitalmente em 22/06/2021 16:32)
TIAGO VIEIRA ARAUJO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 2117779

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **92fed03531**